Dicionário de ciências sociais

Há anos o Instituto de Documentação vem trabalhando no preparo de um *Dicionário de ciências sociais*, em colaboração com a Unesco, que já havia patrocinado obras do mesmo gênero em inglês, depois em espanhol. Hoje podemos informar que o trabalho do INDOC já se acha em fase final, devendo os originais entrar em composição gráfica em meados deste ano.

O *Dicionário de ciências sociais* FGV/Unesco terá cerca de 1.600 verbetes, escritos por mais de 450 especialistas, dos quais cerca de 60 são brasileiros, e será a primeira obra do gênero a ser publicada para o mundo de língua portuguesa.

Para que os leitores tenham uma idéia do que será esse dicionário, publicamos nesta edição o verbete Escola (Escuela), de Jesús María Vázques (espanhol), assim como outros verbetes similares nas próximas edições deste periódico.

Escola (Escuela)

A. A *escola* é a institucionalização do ensino; ou, com mais exatidão, é uma das instituições de ensino, porque, junto à escola propriamente dita, existem outras instituições de ensino. Na sociedade moderna, tais instituições são múltiplas: os meios de comunicação, a família etc. Nos povos primitivos e nas regiões afastadas da civilização, o ensino é levado a termo no seio da família e mediante ritos religiosos, não existindo instituições educativas especializadas. Além disso, aprende-se na ação (Gillin, J.L. & Gillin, J.P. *Sociología cultural*. Madrid, Inst. de Est. Políticos, 1961).

A escola como centro de socialização, desenvolvimento da personalidade e treinamento profissional encontra seu complemento em outros "subsistemas educacionais", como, por exemplo, a indústria, necessitada de peritos muito especializados (cf. *International encyclopedia of the social sciences*. Macmillan, Free Press, 1968, v. 4, p. 516). Naturalmente, a mesma escola — em todos os seus níveis, incluída a universidade — assiste a um progressivo grau de especialização interna em conseqüência da divisão geral do trabalho. Seus objetivos podem resumir-se em: *a*) proporcionar ao indivíduo um conhecimento global do imenso complexo cultural; *b*) dar treinamento que lhe sirva para ajustar-se economicamente: formação profissional especializada; *c*) promover investigação especializada em determinado ramo do saber; *d*) oferecer ao indivíduo uma formação social, isto é, esquemas de ajustamento ao ambiente e à complexidade de relações sociais; e *e*) propiciar a adaptação dos adultos que passaram da idade de mudanças culturais (Gillin, J.L. & Gillin, J. P. op. cit.).

B. A escola continua sendo reflexo e conseqüência de uma prévia estratificação social, enquanto educação é um indicador de hierarquias anteriores. Não obstante, é também fator de mudança social e de mobilidade. Com efeito, "impôs-se a necessidade de uma instituição na qual a capacidade e o rendimento individuais tenham sido despertados e reconhecidos antes que certas pessoas sejam designadas para determinadas posições. Essa função veio a corresponder à escola. Na medida em que esta, através da oferta de uma instrução considerada conveniente, antes se limitava a retificar a posição social, se está convertendo gradualmente em um crivo para a mobilidade social" (König, R. *Soziologie*. Frankfurt, Fischer, 1959. p. 213).

Sobre o tema importante da escola e da igualdade social, a socióloga argentina Ana María Eichelbaum de Babini publicou um estudo comparativo de singular importância (La desigualdad educacional en Argentina. In: *Argentina conflictiva*. Buenos Aires, Paidos, 1972). "Ainda que todo mundo pareça ter-se posto de acordo" — escreve introdutoriamente a autora — "sobre a conveniência de oferecer oportunidades educacionais iguais a todos os homens e mulheres, poucas vezes se adverte que esta aspiração não é fácil de alcançar. Atualmente os países não se distinguem porque neles haja ou não desigualdade de oportunidades, mas porque representam diferentes graus de aproximação de uma teórica igualdade de oportunidades. Os passos que muitas nações têm dado neste sentido permitem compreender a complexidade dos fatos que explicam a subsistência da desigualdade, em que pese a enorme difusão da educação."

E prossegue Ana María Eichelbaum de Babini: "Nem os países que conseguiram eliminar a extrema pobreza e ao mesmo tempo têm expandido notavelmente seus estabelecimentos

educacionais (em grande parte gratuitos e durante um longo período obrigatórios) conseguiram eliminar as diferenças educacionais entre várias categorias sociais. Os bens sociais não se distribuem ao acaso entre a população de um país ou do mundo, e a educação não é uma exceção. Assim como os países mais ricos têm em geral uma população mais instruída, que recebeu em média mais anos de educação formal, dentro de cada sociedade as famílias podem dar mais e melhor educação a seus filhos quanto mais alto é seu *status* sócio-econômico. Também as famílias urbanas, principalmente as das grandes cidades, estão em condições de educar melhor seus filhos do que as famílias rurais. E, ainda dentro da família, a distribuição não é eqüitativa, e com freqüência os filhos recebem mais educação que as filhas."

Pierre Bourdieu (*La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris, Minuit, 1970. p. 174) aponta os momentos de conservação e reprodução social, também no quadro de classes, da escola como sistema: "Pela particular inércia que a caracteriza, sobretudo quando se trata de atender à sua função tradicional de conservar e transmitir uma cultura herdada do passado (. . .) a escola está suficientemente dotada para submeter as demandas externas a uma *retradução sistemática* (. . .)"

A escola é um sistema organizativo, com o conseqüente quadro de funções e organização burocrática tendendo à perpetuação, como qualquer outro sistema (cf. Durkheim, É. *L'évolution pédagogique en France*. Paris, Alcan, 1938. p. 161). Ao que tudo indica, a inércia, que parece ser traço imprescindível a todo sistema, pesa especialmente nos sistemas de ensino, de cujas grandes tarefas uma é, precisamente, a "conservação de padrões".

Jesús María Vázquez

Nota: Escola é a instituição que, dentro de um sistema educacional, desempenha a função de transmitir de modo formal e programático o patrimônio cultural de uma sociedade. É, portanto, um subsistema dentro do sistema educacional geral, mas não é a única forma de transmissão da cultura, levando-se em conta que é precedida, acompanhada e até viabilizada por processos paralelos, divergentes ou convergentes de educação não formal ou espontânea, atuante em toda a sociedade. Esses processos podem contribuir para os mesmos fins da escola ou com estes competir e até, em certos casos — como determinados grupos de adolescentes — contrariar seus propósitos.

Tratando-se de sistema institucionalizado, a escola abrange, no desempenho de sua função, uma estrutura própria caracterizada por normas, papéis definidos, pessoal especializado, locais e equipamentos. O grupo educacional que constitui do ponto de vista sociológico o verdadeiro núcleo da escola abrange pessoas de várias idades e níveis de competência, uma clientela, uma rotina de funcionamento e uma organização que utiliza técnicas e instrumentos característicos. No Brasil, costuma-se hoje restringir a designação escola à instituição que ministra o ensino chamado primário. No entanto, o termo pode-se aplicar genericamente a todos os níveis de ensino e, hoje, o conceito pode incluir a própria comunidade.

O chamado sistema escolar não coincide com o sistema educacional. É possível a presença deste sem a escola propriamente dita. Representa esta a cristalização de processos e teorias pedagógicas, que aparecem em resposta a certas necessidades dentro de determinadas sociedades. Tais processos são, em geral, extremamente lentos e ocorrem em dois graus de diferenciação. No primeiro, a função da escola aparece antes de qualquer materialização, como a definição de um ambiente específico ao lado da família, da oficina, do grupo recreativo etc. No

Brasil, por exemplo, a diferenciação entre família e escola está longe de ser completa e acabada. Uma vez conquistado certo grau de permanência e de continuidade, a diferenciação prossegue na definição de um espaço social, de papéis e de uma rotina de funcionamento que prepara a transmissão do patrimônio cultural. Quando a escola se diferencia e se especializa, cria-se então um sistema extremamente variado e rico que cresce por diferenciação interna. A profissionalização do professor pode aparecer muito mais tarde, após o pleno funcionamento da instituição. Só em data recente o ensino primário no Brasil passou a ser ministrado por professores formados, especializados. Durante muito tempo, esse professorado era exercido por leigos, profissionais de outras carreiras, por voluntariado, filantropia ou costume. É o caso ainda do ensino secundário brasileiro.

É importante distinguir entre a escola como instituição social e tal como é definida pela pedagogia, que sempre representou uma tentativa de teorização e racionalização de algo preexistente. A pedagogia não se furta às ideologias dominantes, principalmente nos países em que a educação é monopólio do Estado, e torna-se, portanto, um trunfo importante no quadro geral das atividades políticas.

Antes que a pedagogia possa intervir, criando um modelo estabelecido *a priori*, ocorre uma competição entre as instituições básicas da sociedade, e dentro da configuração geral do sistema, cada uma delas pode eventualmente ocupar uma posição dominante e subordinar as demais. Das três instituições que mais profundamente modelam a personalidade — família, escola e Igreja — uma delas pode exercer comando maior sobre uma dada sociedade, e nenhuma pedagogia poderá, *a priori*, impor uma distribuição ou limitação das atribuições educacionais, substituindo-as por um modelo teórico. É difícil, no Brasil, impor certos métodos, resultado de elaborações pedagógicas, mas que parecem contrariar costumes arraigados e, sobretudo, contrastar a organização familiar.

Pode ocorrer ainda que essas instituições se revezem ao longo de um processo histórico. No Ocidente, a Igreja transferiu à família e ao Estado suas atribuições educacionais. Hoje o Estado parece ter assumido tranqüilamente essa função, mas em muitos países a família ainda exerce atividades educacionais e não parece disposta a cedê-las ao Estado. De modo geral, no entanto, o Estado passou a ser o protagonista maior do sistema educacional, tornando-o público, não só incorporando suas estruturas às atividades de educação e ensino, como disciplinando, supervisionando e fiscalizando a atividade dos grupos privados, comunidades, associações e famílias, que necessitam de sua chancela para poderem desempenhar sua missão. A intervenção do Estado no ensino criou problemas de orçamento, planejamento e determinou a emergência de uma burocracia cônscia de seu *esprit de corps* e dos seus interesses e organizada em sua defesa. Entre as diversas instituições do mesmo sistema há, portanto, uma série de trocas, interações, conflitos e compromissos, de arbitragem muitas vezes difícil, sobretudo no que tange à distribuição das verbas públicas.

Nas comunidades primitivas todos participam igualmente da cultura em termos de criação e de acesso. A língua, as crenças religiosas, os conhecimentos técnicos, mágicos e estéticos podem ser adquiridos por toda a comunidade com a única limitação das aptidões, vocações e peculiaridades individuais. No momento em que uma sociedade se estratifica, imediatamente ocorre a monopolização de certos dados culturais pela camada superior, seja essa estratificação resultante de uma invasão vinda de fora ou de uma diferenciação interna entre camadas dominantes e dominadas. O processo educacional passa a ser então controlado pelas camadas supe-

riores, de tal maneira que assegure o monopólio de determinados conhecimentos ou técnicas. Esse monopólio, na história das sociedades tradicionais e dos impérios, chegou a estabelecer uma distinção entre conhecimento público e conhecimento secreto, este, patrimônio exclusivo de uma minoria, cuja participação exigia um processo de seleção e iniciações prévias. Ainda que isso não ocorra, todas as sociedades tradicionais preservam certo monopólio de conhecimentos literários, científicos, técnicos etc., no sentido de aumentar o prestígio da camada dominante e de perpetuar seu domínio.

A escola moderna — resultante da divisão do trabalho e das especializações decorrentes da Revolução Industrial - procura romper com esses monopólios de classe e, embora encontre resistências ecológicas, culturais e propriamente sociológicas, consegue, nas sociedades igualitárias de fato, rompê-las. As resistências ecológicas ocorrem quando a escola recebe inevitavelmente as influências ambientais da comunidade em que está inserida. Dependendo da natureza da classe dominante — abastada, média, favelada etc. — pode variar o tipo de escola, o relacionamento entre o mestre e os alunos e entre estes, a natureza do convívio e até o conteúdo do ensino. A escola não escapa assim, seja qual for a orientação pedagógica formal a que obedeça, a uma influência do ambiente social e cultural. Uma das grandes preocupações, hoje, é precisamente tentar usar a escola como instituição voltada para a promoção de indivíduos pobres, que às vezes é levada a extremos de alienação.

Uma análise sociológica da escola leva necessariamente em conta alguns elementos: *a*) o professor; *b*) os alunos; *c*) as formas de interação na sala de aula, no recreio e nos outros ambientes da escola; *d*) o conteúdo do processo educacional, valores e instituições; *e*) as formas de disciplina, o conteúdo do ensino básico, as técnicas de comunicação da informação, ou os chamados métodos de ensino; *f*) as formas de participação dos alunos; *g*) as formas de participação do professor; *h*) a distância entre o que se pretende ensinar ou transmitir, o que de fato se ensina, e o que de fato se aprende; *i*) as reformas de verificação do aprendizado.

Essa análise revela, evidentemente, vários hiatos, lacunas e contradições entre o ideal pedagógico, transmitido à professora como modelo, e a realidade escolar. É esta principalmente a finalidade da análise sociológica, que a busca não com a finalidade de derrubar a pedagogia, mas de conferir-lhe fundamento e metas que se baseiem não só numa imagem racional do indivíduo, mas nas necessidades concretas do homem em sociedades, num dado tempo e lugar.

A escola vem sendo considerada hoje como um dos pontos focais da revolução das expectativas, e o papel do professor como indutor de novas necessidades e aspirações ganhou relevo. É, por esse mesmo motivo, um canal de alimentação, desde que o professor se limite a transmitir mecanicamente, de forma explícita ou subliminar, uma ideologia de classe ou casta, ou simplesmente preconize a substituição automática dos valores tradicionais pelos da sociedade aquisitiva e consumista.

Sobre o assunto, podem ser consultados: Henry, Jules. *Essays on education.* Middlesex, Penguin, 1971; ____. *La cultura contra el hombre.* Madrid, Siglo XXI, 1975; Coleman, J.S. *The Adolescent society.* New York, Free Press, 1971; Durkheim, É. *Education et sociologie.* Paris, PUF, 1966; Mannheim, K. & Stewart, W.A.C. *Introdução à sociologia da educação.* São Paulo, Cultrix, 1972.

José Arthur Rios

Ver também: *SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO*